

Uma Agenda Climática para o Brasil: A Proposta do Banco Mundial

GABRIEL BRASIL (*)

O Banco Mundial publicou em 3 de maio último o chamado “*Country Climate and Development Report (CCDR) - Brazil*” – relatório no qual a instituição faz uma avaliação dos impactos das mudanças climáticas no ambiente socioeconômico brasileiro, trazendo também recomendações de políticas para a sua mitigação.¹ O documento é provavelmente o mais didático resumo do panorama do Brasil no contexto da crise climática, oferecendo evidências científicas robustas para embasar a compreensão dos enormes desafios – e também das oportunidades – que marcarão o país nas próximas décadas.

A mensagem central do relatório não é nova, porém, reforça um senso de urgência importante para o consenso em torno da situação do Brasil: há oportunidades relevantes para o país na esteira da transição global rumo a uma economia de baixo carbono, mas é preciso que setor público e sociedade civil ajam rapidamente e com ambição compatível ao tamanho do desafio das mudanças climáticas para podermos explorá-las (e, em paralelo, conseguirmos reduzir os impactos que a crise climática trará para o ambiente socioeconômico e ambiental do Brasil).

Segundo o relatório, a nossa principal oportunidade no contexto das mudanças climáticas tem a ver com nossa vantagem competitiva na produção de energia de baixo carbono, com grande potencial adicional na frente dos renováveis. Além disso, o nosso perfil de emissões é consideravelmente concentrado no uso do solo e na agricultura (e não na geração de energia, como ocorre em grande parte dos países), o que traz oportunidades específicas e um perfil de custos distinto daquele apresentado por outras economias – inclusive no âmbito das exportações, dado que a maior parte do que vendemos para outros países tem baixa intensidade em carbono.

O aproveitamento destas oportunidades, no entanto, exigirá a implementação de reformas que tendem a ser complexas do ponto de vista da economia política. As recomendações do Banco Mundial para a orientação destas reformas são organizadas em três áreas: (i) a do aumento da produtividade, que teria impacto direto no nosso perfil de emissões, além de potencialmente destravar níveis mais elevados de crescimento econômico; (ii) a da liberalização comercial, que pode ajudar a aumentar a própria

produtividade da economia doméstica brasileira ao mesmo tempo que inseriria o país em cadeias de valor ecológicas; (iii) o desenvolvimento proativo de setores que possam potencializar a participação do Brasil nestas cadeias, como por exemplo o da produção de hidrogênio verde e o da mineração responsável.

Conforme apontado pelo relatório (em avaliação consistente com aquela feita pela maioria dos economistas brasileiros do debate *mainstream*), a implementação de reformas nessas frentes representa missão difícil na esteira da conturbada dinâmica política brasileira (por exemplo, com respeito à relação entre Executivo e Congresso Nacional) e da competição entre agendas de longo prazo com aquelas voltadas para temas considerados mais urgentes pela população, como o combate à inflação. Segundo o Banco Mundial, algumas medidas concretas factíveis que poderiam apoiar tal agenda (alavancando e viabilizando reformas mais amplas) incluem a introdução de um Sistema de Negociação de Emissões (ETS) ou um elemento de precificação das emissões de carbono no contexto de uma reforma tributária. Contudo, é preciso enfrentar o desafio da complexi-

dade das reformas o quanto antes possível, sob pena de expor o país ao aumento progressivo dos próprios custos da sua implementação no caso de atrasos.

Na frente de políticas e investimentos setoriais, o relatório também elenca três eixos principais para orientar o debate brasileiro. Eles incluem (a) a redução do desmatamento ilegal em paralelo ao aumento da produtividade agrícola; (b) o desenvolvimento de sistemas de energia e transporte mais resilientes e de baixo carbono (tendo em vista o fato de que nosso segmento de transportes, ao contrário da nossa matriz de eletricidade, continua altamente dependente de combustíveis fósseis); e (c) a promoção de políticas inteligentes de planejamento urbano, que possam transformar as cidades em espaços resilientes às mudanças climáticas e mais favoráveis ao aumento da produtividade econômica e da convivência social.

No âmbito da avaliação dos custos e das necessidades de investimentos, o relatório traz notícias relativa-

mente animadoras. Conforme linguagem do relatório, as necessidades de investimento “são significativas, mas administráveis”. Segundo cálculos apresentados no relatório, os investimentos em infraestrutura necessários para posicionar o Brasil de forma adequada na transição para uma economia de baixo carbono representam 1,2% do PIB para o período de 2022-50, e 0,8% para aquele compreendido entre 2022-30. Isto é, a concentração dos investimentos é projetada para o médio prazo, e não para o horizonte imediato. O relatório reforça que será necessária uma combinação virtuosa entre investimentos públicos e privados, o que significa que, além de abrir espaço no seu orçamento, governos em diferentes níveis federativos terão que criar condições favoráveis para o investimento das empresas. Caberá à sociedade civil exercer pressão em esferas distintas (como na do consumo e do financiamento) para que as empresas sobretudo operem sob incentivos mercadológicos adequados.

Figura 1 – Resumo das Recomendações do CCDR para o Brasil



Fonte: Banco Mundial.

Como referenciado por este relatório – que se soma a outros elaborados pelo próprio Banco Mundial e também por outras instituições multilaterais e domésticas de boa reputação – há um diagnóstico claro para o Brasil no contexto das mudanças climáticas. Graças à crescente mobilização da comunidade científica, está disponível para a sociedade e para os formuladores de política um conjunto de caminhos que, caso bem percorridos, devem garantir que o Brasil enfrente os enormes desafios vindouros com um impacto reduzido e, também, aproveitando oportunidades. O gargalo segue sendo a implementação de tais planos – seja em razão das dificuldades políticas ao redor deles ou das distrações (muitas vezes legítimas, como a pandemia da COVID-19) que afastam a sociedade civil da necessária priorização da agenda climática.

Neste contexto, o melhor caminho é provavelmente aquele baseado na premissa cada vez mais bem documentada cientificamente de que não há contradição entre crescimento de curto e longo prazo e sustentabilidade ambiental; ou entre o combate às desigualdades e a implementação de reformas que engajem o setor privado na construção de uma economia de baixo

carbono. Pelo contrário: vivemos um momento único na nossa história, em que temos a oportunidade de enfrentar múltiplos problemas simultaneamente e de forma virtuosa. É preciso, no entanto, que ajamos com níveis de urgência e ambição compatíveis com a sua importância.

1 “Relatório sobre clima e desenvolvimento para o país”, Banco Mundial, 3 de maio de 2023. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/af026935-5f2d-4edd-b19e-d8fb66f6e9da/content>. Último acesso: 14 maio 2023.

() Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*